OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS

Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 51, n. 1, p. 1-17, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064

http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2025.1.46543

DOSSIÊ: 150 ANOS DE IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL

Políticas agrárias no recrutamento de imigrantes: o Oeste Paulista e a Pampa Úmida Argentina

Agrarian Policies and Recruitment of Immigrants: the Provinces of São Paulo and Argentine Humid Pampa

Las políticas agrarias en la captación de inmigrantes: Oeste Paulista versus Pampa Húmeda Argentina

Oswaldo Mario Serra Truzzi[1]
orcid.org/0000-0002-9046-5092
truzzi@ufscar.br

Paulo Cesar Gonçalves[2]
orcid.org/0000-0003-3122-0690
pc.goncalves@unesp.br

Recebido em: 11 jul. 2024.
Aprovado em: 20 maio.2025.
Publicado em: 08 dez. 2025.

Resumo: Busca-se comparar os temas das políticas agrária e migratória desenvolvidas por duas significativas economias agroexportadoras latino-americanas na segunda metade do século XIX: a agropastoril na chamada Pampa Úmida argentina e a cafeeira no Oeste Paulista. Embora tratados pelas respectivas historiografias nacionais e regionais, uma comparação sistemática sobre como se articularam as políticas agrária e migratória nos dois casos ainda não mereceu a devida atenção. O esforço comparativo se justifica pela possibilidade de cada caso servir de contraponto ao outro, iluminando certos aspectos que de outro modo tenderiam a ser tomados como "naturais". Como resultados, a pesquisa indica que, embora as duas áreas efetivamente tenham logrado se inserir como exportadoras de produtos agropecuários em mercados mundiais, nelas vicejaram políticas agrárias e de recrutamento de imigrantes movidas por objetivos totalmente discrepantes: no Oeste Paulista, "colonos" com transporte subsidiado para a grande fazenda cafeicultora, com limitado acesso à propriedade da terra; na Pampa Úmida, pelo menos inicialmente, oferecimento de terras como atrativo para a vinda e fixação do imigrante, praticada por agentes colonizadores públicos e privados que buscavam assim equilibrar a farta disponibilidade de terras com a crônica escassez de mão de obra para nelas trabalhar. Sugere-se, ainda, que tais diferenças produziram efeitos sociopolíticos duradouros nesses respectivos territórios, como o maior volume (no caso argentino) de contingentes atraídos, as origens regionais distintas e perfis distintos de qualificação dos imigrantes entre as duas regiões, bem como os efeitos de concentração de poder político local, advindos da manutenção da concentração fundiária no caso paulista.

Palavras-chave: política agrária; política migratória; São Paulo; Argentina; século XIX.

Abstract: The article compares agrarian and migration policies developed by two significant Latin-American exporting economies in the second half of the 19th century: agropastoral in the Argentine Humid Pampa and coffee plantation in the West of São Paulo. A systematic comparison of how agrarian and migratory policies were articulated in both cases has not yet received due attention. A comparative approach highlights each case as a counterpoint to the other, stressing certain aspects that would otherwise be taken as "natural". The article concludes that although both areas indeed conquered world markets as exporters of agricultural products, recruitment and agrarian policies were driven by completely discrepant objectives: in São Paulo, rural workers with subsidized transportation from Europe to the coffee farms, with limited access to land ownership; in Argentine, at least initially, the offering of land as an attraction for the settlement of immigrants, practiced by public and private colonizing agents who sought to balance the abundant availability of land with the chronic shortage

Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

[1] Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil.
[2] Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, São Paulo, Brasil.

of laborers to work on it. The article still suggests that the differences between the agrarian policies for the recruitment of European labor put into practice in these two regions produced lasting sociopolitical effects in these respective territories, such as the greater volume (in the Argentine case) of attracted contingents, the different regional origins and qualification profiles of immigrants between the two areas, as well as the effects of centralization of local political power, resulting from the maintenance of concentrated agrarian structure in the case of São Paulo.

Keywords: agrarian policy; migration policy; São Paulo; Argentina; 19th Century.

Resumen: El objetivo es comparar los temas de las políticas agrarias y migratorias desarrolladas por dos importantes economías agroexportadoras latinoamericanas en la segunda mitad del siglo XIX, la economía agropastoral en la llamada Pampa Húmeda argentina y la economía cafetera en el Oeste de São Paulo. Aunque tratados por las respectivas historiografías nacionales y regionales, aún no se ha prestado la debida atención a una comparación sistemática de cómo se articularon las políticas agrarias y migratorias en ambos casos. El esfuerzo comparativo se justifica por la posibilidad de que cada caso sirva de contrapunto al otro, iluminando ciertos aspectos que de otro modo tenderían a tomarse como "naturales". Como resultados, la investigación indica que, si bien las dos áreas lograron efectivamente insertarse como exportadoras de productos agrícolas en los mercados mundiales, en ellas prosperaron políticas agrarias y de captación de inmigrantes impulsadas por objetivos totalmente discrepantes: en el Oeste de São Paulo, " colonos" con transporte subsidiado a la gran finca cafetalera, con acceso limitado a la propiedad de la tierra; en Pampa húmeda, al menos inicialmente, la oferta de tierras como atractivo para la llegada y asentamiento de inmigrantes, practicada por agentes colonizadores públicos y privados que buscaban equilibrar la abundante disponibilidad de tierras con la escasez crónica de mano de obra para trabajar en ellas. También se sugiere que tales diferencias produjeron efectos sociopolíticos duraderos en estos respectivos territorios, como el mayor volumen (en el caso argentino) de contingentes atraídos, los distintos orígenes regionales y distintos perfiles de calificación de los inmigrantes entre las dos regiones, así como los efectos de la concentración del poder político local, derivados del mantenimiento de la concentración de la tierra en el caso de São Paulo.

Palabras clave: política agraria; política migratoria; São Paulo; Argentina; siglo XIX.

Introdução

Este artigo tem o propósito de comparar e analisar os temas da política agrária e da política migratória (e suas relações) desenvolvidas por duas significativas economias agroexportadoras em fase de estruturação ao longo da segunda metade do século XIX na América Latina, a saber, a agropastoril na chamada Pampa Úmida argentina[3] e a cafeeira no Oeste Paulista[4].

São temas já tratados pelas respectivas historiografias regionais e nacionais[5], mas que pouca atenção receberam em termos de uma comparação sistemática. Metodologicamente, o esforço comparativo é útil para esclarecer aspectos particulares de cada caso individual, tornando mais transparente "a divergência entre estruturas de autoridade e entre as formas como as sociedades responderam aos desafios implícitos às realizações de outros países" (Bendix, 1977, p. 370), formando "uma espécie de contraponto de um caso sobre o outro" (Geertz, 1981, p. 4). Seguindo a trilha pioneira de Marc Bloch, trata-se de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências mútuas, com o objetivo de abrir a percepção para esclarecer, por iluminação recíproca, as causas de um processo, suas motivações internas inter-relacionadas com motivações ou fatores externos. Para uma História Comparada de duas realidades históricas contíguas – neste caso, as realidades nacionais de Brasil e Argentina –, deve-se atentar para identificar não apenas as semelhanças mas também as diferenças (Bloch, 1998, p. 119-150), ou seja, as especificidades diante de um contexto maior: a grande emigração europeia para as Américas no quartel final do século XIX e início do XX.

Desde os anos 1960, Gino Germani já alertava sobre a oportunidade de se empreender estudos comparados entre Brasil e Argentina. De lá para cá certamente realizaram-se esforços focados em várias tradições disciplinares, mas uma obra mais abrangente no campo historiográfico somente surgiria em 2004, com a publicação de

---

3 A Pampa Úmida (assim chamada porque raramente recebe precipitações inferiores a 500 mm anuais, em contraposição a áreas adjacentes de menor pluviosidade) compreende quase a totalidade da província de Buenos Aires, o centro e o sul da província de Santa Fé, os setores meridionais e centro-orientais da província de Córdoba e o terço oriental do território de La Pampa (Gaignard, 1984, p. 23-28).

4 Região onde o café penetrou após ser introduzido pela fronteira fluminense e se desenvolver no Vale do Paraíba. Portanto, o Oeste Paulista não corresponde à região oeste do estado, mas sim a um recorte histórico-geográfico que exclui a capital, regiões litorâneas, a Baixa Sorocabana (onde o café não progrediu devido a geadas) e o Vale do Paraíba (onde o braço escravizado prevaleceu).

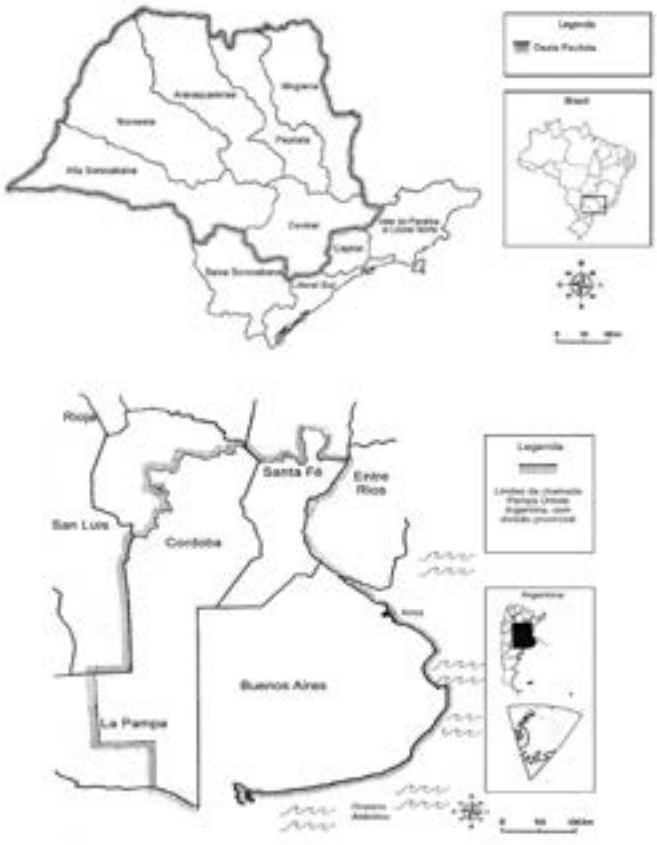
5 Entre muitas outras obras, citam-se aqui como exemplos Hall (1969), Holloway (1984), Martins (1981) para o caso paulista; Cárcano (1972) e Devoto (2008) para o caso argentino.

Brasil e Argentina – um ensaio de História Comparada (1850-2002), de autoria de Boris Fausto e Fernando Devoto. Nela, os autores justificaram a empreitada argumentando "ser necessário [...] esboçar um quadro de conjunto que, mais que um ponto de chegada, seja um ponto de partida para novas pesquisas mais específicas" (Fausto; Devoto, 2004, p. 21). Certamente este artigo se enquadra nessa perspectiva.

A propósito, é oportuno mencionar também o esforço pioneiro de Secreto (2001), com um foco mais específico em comparar a constituição da propriedade rural privada no Sudeste Bonaerense e no Oeste Paulista, abordando as legislações argentina e brasileira sobre terras, como foram postas em prática por meio do exame de processos civis e administrativos, bem como as dificuldades enfrentadas para a constituição de um mercado de trabalho livre. Já em termos de políticas imigratórias, vale ressaltar o estudo comparativo para a América Latina na época das migrações em massa realizado por Blanca Sánchez Alonso. Destacando os dois principais receptores de emigrantes europeus – Brasil e Argentina –, a historiadora espanhola observa que ambos optaram por uma política de "portas abertas", mas os objetivos e os meios para alcançar o mesmo fim foram, não obstante, completamente diferentes (Alonso, 2004, p. 157).

No caso da Pampa Úmida argentina, as políticas migratória e agrária, pelo menos inicialmente, contracenaram pela via do oferecimento de terras públicas, que atraíam imigrantes. No caso paulista, como sabido, a articulação entre ambos os temas resultou na implementação de uma política de subsídios ao transporte transoceânico de famílias imigrantes recrutadas para o trabalho nas fazendas de café, que vigorou ao longo de mais de três décadas, já que mesmo a chegada de imigrantes destinados aos núcleos coloniais esteve subordinada aos interesses da elite cafeicultora (Martins, 1973).

Mapa 1 – Oeste Paulista e Pampa Húmida Argentina



Fonte: elaboração própria.

1 Expansão das fronteiras, o problema da mão de obra e a solução pela imigração europeia no Oeste Paulista e na Pampa Úmida argentina

No Oeste Paulista

Em meados do século XIX, tanto os territórios da Pampa Úmida argentina quanto os do Oeste Paulista não haviam sido ainda totalmente ocupados. Em São Paulo, os primeiros plantios de café transbordaram do Rio de Janeiro para terras paulistas pelo Vale do rio Paraíba e pelo litoral norte da província, compondo a pauta de cultivos de alimentos e cana-de-açúcar ali praticada com o braço escravizado. Mais a oeste, esta última cultura já se encontrava bem instalada na região central, na área conhecida como "quadrilátero do açúcar", delimitada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, cujo principal núcleo urbano era Campinas (Petrone, 1968, p. 16)[6]. Embora em 1836 o milho representasse metade do valor da produção da província, seguido pelo café (20%) e pela cana (14%), os plantios da rubiácea já se encontravam em rápida expansão no Vale do Paraíba paulista rumo à região central, a ponto de dezoito anos depois, em 1854, o café já dominar amplamente a pauta produtiva e de exportações de São Paulo (Luna; Klein, 2019, p. 40).

Havia otimismo em relação a uma ampla fronteira de terras a ser explorada no Oeste Paulista, mas a abolição definitiva do tráfico de escravizados da África para o Brasil em 1850 colocava um problema: o da falta de braços. Esse seria inicialmente contornado com o tráfico interprovincial de cativos, sobretudo das províncias do Norte e de Minas Gerais para São Paulo, mas a solução definitiva viria apenas na década de 1880, com a imigração em massa de europeus (e, a partir de 1908, também de japoneses).

Entre 1850 e o desfecho final da abolição, decorreram-se quase quatro longas décadas, nas quais o movimento abolicionista, a princípio tímido, foi aos poucos conquistando porta-vozes e adesão popular crescente (Alonso, 2015). Em 1871, a Lei do Ventre Livre buscou balizar um processo gradativo de emancipação, muitas vezes postergado pela resistência dos fazendeiros ou pela insistência deles em reivindicar indenizações em troca da liberdade dos escravizados, argumentando que a abolição feria seus direitos de propriedade.

No início desse período, houve ensaios de importação de mão de obra livre para se trabalhar nas fazendas de café, por iniciativa de fazendeiros particulares (Costa, 1989), a par de algumas políticas com certo apoio financeiro do Estado, mas nenhuma delas com a consistência capaz de promover a imigração massiva, necessária para a expansão dos cafezais nas férteis e promissoras terras do Oeste Paulista.

Desde os primeiros anos da década de 1880, os fazendeiros dessa região já lutavam para que o governo implantasse uma política de imigração subvencionada. "Em 1884, o governo paulista abriu créditos para a introdução de imigrantes e, em 1885, passou a subsidiar diretamente os custos de transporte. Parte dos recursos, entretanto, destinava-se ao programa de colonização, que tinha como objetivo a criação de núcleos coloniais" (Gonçalves, 2014).

Em meados da década de 1880, foi promulgada a Lei dos Sexagenários, mas então já eram os próprios escravizados que aceleravam o processo abolicionista, ao tornarem as rebeliões locais cada vez mais frequentes e cada vez menos controladas pela polícia, disseminando o temor de uma revolução maior no meio rural (Alonso, 2015; Azevedo, 2004; Machado, 2014). Ameaçados pela carência de mão de obra cada vez mais aguda e pela iminência da abolição, os fazendeiros obtiveram do governo da província o compromisso de assumir os custos das passagens dos imigrantes que viessem trabalhar na lavoura.

No ano de 1886, grupos políticos do Oeste Paulista assumiram o controle da província, assegurando, assim, que os recursos financeiros

[6] O Oeste Paulista abrange mais de 75% da área e seis (Central, Mogiana, Paulista, Araraquarense, Noroeste e Alta Sorocabana) das dez regiões que compunham o estado. Tal divisão regional tem seus nomes derivados da malha ferroviária e foi utilizada por autores clássicos (Camargo, 1953; Dean, 1971; Holloway, 1984; Love, 1982; Milliet, 1941; Monbeig, 1986; e, mais recentemente, Luna e Klein, 2019).

fornecidos à administração seriam canalizados para a grande lavoura, isto é, garantiriam o suprimento de mão de obra através da imigração em massa (Gonçalves, 2014, p. 289-290). Naquele mesmo ano, um grupo seleto de cafeicultores fundou a Sociedade Protetora da Imigração, com o intuito de incentivá-la em larga escala. A Sociedade passou a se incumbir de organizar a propaganda, o transporte, o alojamento e o direcionamento às fazendas da mão de obra imigrante captada por uma rede de agentes e companhias de navegação contratadas para tal fim (Bianco, 1982, p. 85). Financiada por recursos públicos do estado, a Sociedade foi bem-sucedida em recrutar, inicialmente, sobretudo imigrantes italianos, que constituíram o primeiro grupo da imigração em massa para São Paulo. À medida que o fluxo de imigrantes foi se avolumando, providenciou-se também a construção de uma grande Hospedaria, inaugurada em 1887 no bairro do Brás, em São Paulo. O amplo edifício da Hospedaria dos Imigrantes passou então a funcionar como local de recepção e intermediação entre os imigrantes chegados em Santos e as fazendas do interior paulista.

Paralelamente, Antonio Prado, o maior representante da elite cafeicultora paulista, foi nomeado ministro da Agricultura, cargo que ocuparia entre 1885 e 1887 e entre 1888 e 1889 (Alegre, 2014, p. 94). A partir de então, consagrou-se em São Paulo uma política migratória que visava favorecer o suprimento de mão de obra às fazendas do novo Oeste Paulista, e não a difusão da pequena propriedade entre imigrantes, modelo conformado em outras províncias ao sul do país e que era defendido pela Sociedade Central de Imigração, fundada ao final de 1883 no Rio de Janeiro[7].

Finalmente, em maio de 1888, a abolição colocou termo a quase quatro séculos do regime que marcou profundamente a fisionomia do país e que, de certo modo, desencorajava uma entrada maior de imigrantes na província. Um ardente defensor do regime escravista havia anunciado meses antes da abolição que ou o regime escravocrata seria mantido ou o regime monárquico seria sacrificado (Alonso, 2015, p. 128). De fato, um ano e meio após a abolição, a República seria proclamada, e o imperador, exilado, inaugurando um período de descentralização no qual os interesses das elites oligárquicas paulistas passaram a influir cada vez mais nos negócios do Estado.

Em 1894, o paulista Prudente de Moraes assumiu a Presidência da República e implementou a descentralização da política migratória, que passou assim a ser comandada por cada estado. No ano seguinte, A Sociedade Promotora foi extinta, uma vez que a própria Secretaria de Agricultura do estado encampou seus objetivos. Ao longo de seus nove anos de atividade, a Sociedade lograra introduzir mais de um quarto de milhão de imigrantes. Tal aporte "permitirá que a lavoura cafeeira continue a se desenvolver e possa também expandir para as terras desocupadas do oeste paulista" (Santos, 2007, p. 2).

Desse modo, o governo paulista optou por arcar com os custos do deslocamento transatlântico dos imigrantes europeus. Era o meio de se tornar competitivo na disputa por atrair imigrantes que substituiriam a mão de obra escravizada nos cafezais. O café gerava recursos para tal, diferentemente de outros estados, que também desejavam receber imigrantes, mas que não contavam com capacidade financeira para bancar o subsídio (Alegre, 2014, p. 89)[8].

Zuleika Alvim (1986, p. 91) apurou que entre os anos de 1893 e 1928, quando o governo paulista cessou de bancar os custos das passagens, 73% das novas chegadas à Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo foram de imigrantes subsidiados, embora as entradas tenham sido maiores no período inicial e menores a partir da Primeira Guerra Mundial. A chegada em massa de imigrantes – inicialmente italianos, depois espanhóis e portugueses – com passagens pagas era de interesse dos fazendeiros, que podiam assim

---

[7] Conforme explica Gonçalves (2014, p. 291), tal sociedade visava subsidiar imigrantes, dando-lhes terra e apoio para a formação de pequenas propriedades produtoras de alimentos.

[8] A imigração subsidiada em Minas Gerais, por exemplo, vigeu apenas entre 1888 e 1898. Nesse último ano, devido à crise financeira, o governo mineiro praticamente interrompeu o subsídio. Para o Pará, consultar Smith Junior e Garvão (2015)

manter deprimidos os custos do trabalho graças à oferta abundante de mão de obra (Hall, 1969). A custosa operação, financiada pelo aumento da arrecadação de taxas sobre a exportação de café, viabilizou uma oferta significativa de mão de obra e a manutenção da estrutura agrária em terras do Oeste Paulista.

Na Pampa Úmida

No caso argentino, dada a menor expressão histórica do escravismo, definitivamente abolido pela Constituição de 1853, e decorrente ausência de uma população preexistente numericamente significativa, a urgência em atrair mão de obra para desenvolver os interiores da nação forjou um relativo consenso mesmo antes da emergência de um estado nacional unificado[9]. O desenvolvimento da nação dependia de seu povoamento e tais ideias já eram plenamente assumidas por intelectuais e políticos de perfil liberal que influenciaram o debate em meados do século XIX. Entre eles, Domingo Faustino Sarmiento, autor do clássico *Facundo o civilización y barbárie en las Pampas argentinas* (originalmente publicado em 1845), que desde então advogava a necessidade de incorporar o mais rapidamente possível imigrantes estrangeiros, inclusive com o objetivo de sanar um sistema político viesado pela influência de caudilhos. Para Sarmiento (2000), presidente da nação entre 1868 e 1874, tais benefícios se fariam com o apoio do Estado em fomentar a imigração e pelos investimentos em educação, capazes de trazer homogeneidade cultural e social à nação recém-unificada.

Também o influente jornalista e político Juan Bautista Alberdi, autor de *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852) – texto que serviria de base à Constituição aprovada no ano seguinte –, ainda que associado aos federalistas, coincidia com Sarmiento em promover a educação e a imigração de origem anglo-saxã. Divergia, porém, de Sarmiento ao defender que o Estado deveria se eximir de investir diretamente em projetos de colonização, apenas tratando de fixar um marco jurídico-institucional adequado para que ela pudesse se desenvolver espontaneamente.

Em 1865, o advogado e jornalista Nicolás Avellaneda escreveu *Estudios sobre las Leyes de Tierras Públicas*, obra na qual defende que terras devolutas deveriam ser postas à venda "a preços razoáveis" para a atração de colonos, influenciado pela experiência norte-americana bastante bem-sucedida nesse aspecto. Na década seguinte, Avellaneda assumiria a presidência do país (1874-1880) e, não por acaso, durante seu mandato foi promulgada a *Ley de Inmigración* de 1876, a primeira a regular o assunto e que facilitaria a entrada de centenas de milhares de imigrantes europeus (sobretudo italianos e espanhóis) no território argentino. Tal legislação sintetizou os propósitos intervencionistas do Estado argentino em relação à promoção da imigração por meio de uma série de instrumentos, alguns dos quais já em vigor. A aprovação da lei ocorreu em um contexto amplamente caracterizado pela crise econômica de 1873-1876, que se pretendia superar, e em parte pela adoção de políticas de intervenção imigratória nos Estados vizinhos, especialmente o Brasil (Fernández, 2017, p. 53).

Mais tarde, Julio Roca corroborou a noção de que os imigrantes eram essenciais ao desenvolvimento da nação não apenas em seu primeiro mandato como presidente, exercido entre 1880 e 1886, mas também em seu segundo, entre 1898 e 1904, após uma crise financeira e política que deprimiu as entradas durante a primeira metade dos anos noventa. A partir de então, o número de imigrantes recebidos pela Argentina só crescerá até o início da Primeira Guerra Mundial.

A propagação de tais ideais compôs o ambiente político no qual as políticas migratórias e, mais especificamente, os projetos de colonização, se desenvolveram, mesmo que sob uma pauta sujeita a algumas adaptações relevantes: a massa de imigrantes chegaria ao território argentino mais

[9] O tráfico de escravizados foi abolido em 1812 e, no ano seguinte, decretou-se a Lei do Ventre Livre. Vale lembrar que, em 1860, acrescentou-se à Constituição de 1853 o parágrafo que declarava a liberdade de qualquer escravizado que pisasse em território argentino. Sobre a presença de negros na população portenha, consultar Andrews (1989).

de modo espontâneo que pela ação do Estado, além de provir do sul e do leste da Europa (em vez de do norte e do oeste, como inicialmente se desejava), enquanto a elite pecuarista *criolla* esteve longe de abdicar de sua influência. Ao mesmo tempo, a população indígena foi dizimada e a educação das classes menos favorecidas apenas repercutiria em mudanças no sistema político décadas mais tarde (Alberdi, 2017).

A Argentina, como mencionado, já em outubro de 1876 promulgou a lei que tratava especificamente da imigração e colonização. Criou o *Departamento General de Inmigración*, ligado ao Ministério do Interior, e instituiu o estabeleceu *Oficinas de Información y Propaganda* em cidades do centro e do norte da Europa e em Nova York. Mas foi somente a partir da Lei de novembro de 1887 que o governo argentino começou a conceder em grande escala as passagens subsidiadas, em certo sentido, para enfrentar a concorrência do Brasil, ao mesmo tempo que tentava redimensionar o peso da imigração italiana. Esse procedimento, entretanto, durou pouco e foi suspenso em 1890, como reflexo da crise econômica vivida pelo país. Nesse período, o fluxo migratório ultramarino cresceu radicalmente; o volume de passagens subsidiadas passou de 12.618 em 1888 para 100.248 em 1889, retornando a 20.121 em 1890 (Devoto, 1989; Olivieri, 1987, p. 232-233).

*

De qualquer modo, é importante ressaltar que, em ambas as nações, as populações anteriormente existentes foram encaradas como pouco qualificadas para suprir a carência de mão de obra, tanto de um ponto de vista quantitativo como do qualitativo. De fato, *criollos* nos pampas e caipiras e negros em São Paulo eram vistos pelas respectivas elites políticas como pouco aptos ao trabalho sistemático requerido pelo desenvolvimento de uma produção agroexportadora que o imigrante estrangeiro, por sua vez, podia oferecer. Além disso, foram preconceituosamente acusados de serem culturalmente atrasados, indolentes e sem ambição, portadores de vícios antigos que os condenavam à própria miséria e infortúnio (Naxara, 1998; Scobie, 1968, p. 24.). É significativa, a esse respeito, a observação do francês Louis Couty, em 1884 (p. 314-315): "O Brasil não tem um povo, ou melhor, o povo que se formou através da mistura de raças e da libertação da escravaria não desempenha um papel ativo e útil".

Já de um ponto de vista quantitativo, é mais evidente a escassez de mão de obra no caso argentino, dada a concentração demográfica em torno da capital e a população interiorana bastante rarefeita dada a imensidão das áreas pampianas muito pouco habitadas. A alternativa de se aguardar o crescimento vegetativo dessa população para que pudesse desenvolver o território seria tarefa de décadas, quiçá mesmo de um século. Impunha-se então como única solução o fomento à imigração estrangeira, como já se observou anteriormente. E a principal política de atrativo à imigração estrangeira residiu no oferecimento de terras públicas, como se observará oportunamente.

No caso paulista, entretanto, a opção pela imigração estrangeira não foi tão evidente, dada a disponibilidade de contingentes significativos de mão de obra existente em outras províncias do país em processo de refluxo econômico[10], aliada às levas de negros libertos pelo próprio processo abolicionista. Houve, entretanto, obstáculos ponderáveis ao aproveitamento da mão de obra nacional disponível. Em primeiro lugar, havia uma compreensão, de caráter eugenista, por parte das elites, de que o país necessitava passar por um processo de embranquecimento para se desenvolver. No período republicano inaugurado em 1889, tais elites compartilhavam a noção de que o Império havia descuidado da formação da nação em seus elementos básicos e que agora era preciso tentar remediar essa herança, por meio do embranquecimento progressivo da população, via importação de imigrantes europeus (Skidmore, 1989, p. 81).

Em segundo lugar, havia dificuldades em mo-

[10] Sobretudo do Nordeste e de Minas Gerais. Consultar, por exemplo, Gonçalves (2014).

bilizar a população negra de outras províncias antes e depois da abolição. Antes, porque os próprios deputados paulistas haviam colocado taxas sobre a importação de escravizados de outras províncias, receosos de que os deputados dessas províncias se posicionassem a favor do processo abolicionista (Klein, 1971). Depois, porque os próprios ex-escravizados de São Paulo, agora livres, relutavam em se sujeitar a trabalhar nas mesmas propriedades e nas mesmas ocupações que anteriormente exerciam na condição de escravizados (Andrews, 1998). Ademais, ex-escravizados originários de outras regiões também já haviam sido deslocados a São Paulo a contragosto, o que colocava dúvidas em relação à sua permanência nas lavouras (Graham, 2002).

Por fim, porque após a derrocada do regime imperial e o advento do regime republicano, de matiz descentralizada, os fazendeiros paulistas passaram a dispor de ampla liberdade para manejar as finanças públicas e direcionar quantias substanciais de recursos para o apoio à imigração subsidiada, financiada por tributos sobre a exportação de sacas de café. Assim, embora a utilização da mão de obra nacional disponível tenha ocorrido em certo grau (Gonçalves, 2006), a imigração estrangeira prevaleceu, o que, provavelmente, retardou em cerca de quatro décadas (ou pelo menos diminuiu) as migrações internas para São Paulo, justamente o polo da economia brasileira que se tornaria mais dinâmico, contribuindo para agudizar as desigualdades regionais no país.

Nesse cenário, é importante ressaltar a competição de outros países, sobretudo Estados Unidos e a própria Argentina, em atrair mão de obra imigrante europeia[11]. A esse respeito, o Brasil sofria desvantagens consideráveis: uma densa mata nativa a ser enfrentada antes do plantio (em contraposição à vegetação modesta, para dizer o mínimo, presente nos pampas argentinos), um clima propagandeado pelos concorrentes como propenso a contrair doenças infecciosas, corroborado pela incidência de epidemias[12], e o maior custo da passagem em relação aos Estados Unidos (Luna; Klein, 2019, p. 44; Trento, 1987, p. 114).

Não faltavam também críticas ao regime escravista, retardando o processo imigratório, uma vez que os imigrantes temiam, com razão, serem tratados como escravizados. A presença massiva de negros na população também incomodava, estimulando a imaginação de cronistas. Em contraposição ao Brasil imenso, "em grande parte povoado por raças verdadeiramente inferiores" que degeneram tantas nações, a Argentina se destacava por uma posição melhor que causava impressão bem diversa, já que "[...] o tipo argentino é branco, branquíssimo. Os homens de cor lá são raríssimos, havendo pouco cruzamento com outras raças, dentre as quais a primitiva quase desapareceu [...], [restrita] ao gaúcho que passa metade de sua vida a cavalo e quase não sabe caminhar a pé" (Trento, 1987, p. 111). Segundo Trento, era essa a opinião de cunho eugenista compartilhada por parcelas consistentes da classe dirigente italiana e expressa por um notável representante do mundo político, que em várias ocasiões ocupou o cargo de primeiro-ministro.

2 Contornos da política agrária no Oeste Paulista e na Pampa Úmida

No Oeste Paulista

Adversidades impostas pela natureza e outras associadas à herança escravista conspiravam contra fluxos migratórios mais consistentes, mas poderiam ser suplantadas se o país, e especialmente São Paulo, tivesse oferecido uma política de distribuição de terras atrativa a imigrantes ávidos por se implantarem como pequenos proprietários. Todavia, isso não ocorreu.

Conforme observou Martins,

> [...] no Brasil, a escravidão era o principal recurso institucional para garantir aos fazendeiros uma oferta de trabalho compatível com a demanda de seus empreendimentos. Se a escravidão cessasse nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos e novos trabalhadores para as terras livres da fronteira agrícola,

[11] Para uma perspectiva comparada, *cf.* Carmagnani (1994).
[12] Em particular, de febre amarela, ao final do século XIX (Ribeiro, 1993).

> onde poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em suas próprias terras (1981, p. 36).

Era necessário, portanto, obstar o acesso à terra à população sem recursos. É significativo que tanto a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravizados, quanto a Lei de Terras tenham sido aprovadas no mesmo ano de 1850[13]. De inspiração wakefieldiana, esta última estipulava, em seu artigo primeiro, a proibição de aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o da compra. Preocupada em garantir um mercado de mão de obra rural que assegurasse a mão de obra dos latifúndios, a lei, que poderia ter inaugurado um mercado de compra e venda de terras devolutas como ocorreu nos Estados Unidos a partir de 1785, teve o efeito prático de impedir o acesso à terra por parte de trabalhadores sem recursos, em um país onde essa se mostrava abundante[14]. Após a abolição e o advento do regime republicano, "as terras devolutas do Império foram revertidas aos estados e em São Paulo, onde os latifundiários enfeixavam grande poder político, isso significou uma maior concentração da terra nas mãos dos grandes fazendeiros" (Nugent, 1996, p. 128). É de José de Souza Martins (1981, p. 32) a frase que condensa tal transformação: "num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa", para que justamente fosse assegurada a sujeição do trabalhador aos interesses da grande lavoura.

Com a abolição anunciada e uma ampla fronteira agrícola a ser explorada, os fazendeiros paulistas passaram a se interessar pela importação de "colonos" europeus[15]. Acostumados ao escravismo, tiveram dificuldades em acertar um regime de trabalho para a mão de obra livre. Somente a partir de meados dos anos 1880, após várias tentativas frustradas de adoção de formas de contratação diversas – a mais emblemática delas (parceria) ocorreu em Limeira, na fazenda Ibicaba, já em 1856 –, passou a ser cada vez mais comum o recrutamento de imigrantes sob o regime de colonato. Nele, as famílias de colonos eram contratadas sob um sistema misto de remuneração, que incluía pagamentos regulares pelo trato do cafezal, paralelamente a remunerações variáveis segundo a área de café plantado, ou segundo o volume de café colhido, a par de alguns benefícios não monetários, como a permissão para cultivos de subsistência ou criação de animais em áreas para tal designadas. Graças à sua relativa flexibilidade, tal sistema acabou se disseminando e constituiu a base de remuneração mais difundida ao longo de toda a expansão cafeeira em território paulista (Bassanezi, 2019; Stolcke, 1986; Vangelista, 1991).

Sob tal regime, não havia colonização no sentido estrito do termo, isto é, terras distribuídas ou vendidas a colonos que se tornavam assim proprietários, como ocorreu em províncias ao sul do Brasil, na Argentina e, mais ainda, no oeste americano. O regime de colonato preservava a estrutura agrária original, com os donos da terra investidos de recursos – econômicos e de poder – permanecendo como proprietários, enquanto famílias de imigrantes eram contratadas como "colonos" que buscavam amealhar, ao cabo de anos ou décadas, certo pecúlio, para aí sim, alguns, talvez, se tornarem pequenos proprietários.

A prioridade, salvo iniciativas numericamente pouco significativas como a implantação de núcleos coloniais[16], sempre foi a manutenção de uma estrutura agrária que privilegiava os grandes proprietários, muitos já afazendados em terras antigas, do próprio estado paulista ou

---

[13] Ao estabelecer que a terra só poderia ser comprada, a Lei de Terras de 1850 procurou impedir seu acesso à grande maioria da população nativa e incentivar a colonização por imigrantes, que se tornariam pequenos proprietários. O produto dessa venda serviria para subvencionar a vinda de mais colonos europeus (Gadelha, 1989, p. 160-161).

[14] Edward Gibbon Wakefield (1796-1962) foi um economista inglês que aplicou suas ideias na colônia britânica da Austrália. Argumentava ser necessária a venda de terras coloniais a preços artificiais suficientemente restritivos de modo a impedir a dispersão e o acesso improdutivo de colonos às abundantes terras coloniais (Kittrell, 1973).

[15] O termo "colono" tinha em São Paulo dois significados. O que interessava aos fazendeiros – aquele que trabalharia em suas terras mediante o sistema de parceria, locação de serviços e, posteriormente, colonato – e o significado tradicional – pequeno proprietário de terra em núcleos coloniais.

[16] Hutter (1986, p. 123-138) estimou que a população nos núcleos coloniais atingiu um pico em 1918, quando abrangia cerca de 21 mil indivíduos, uma cifra irrisória frente a centenas de milhares de trabalhadores empregados na lavoura cafeeira.

da vizinha Minas Gerais, que agora passavam a implantar fazendas em terras recém-abertas do Oeste Paulista[17]. Assim, as iniciativas oficiais de colonização empreendidas pelo governo por meio da fundação de tais núcleos, além de representarem uma parcela bastante diminuta das áreas disponíveis, foram concebidas mais como núcleos de apoio ao abastecimento de grandes latifúndios cafeeiros ou de povoações adjacentes, pouco competindo com os primeiros em termos de volume de café produzido (Alvim, 1986; Beiguelman, 2005; Devoto, 2008; Ferlini; Fillipini, 1992/1993; Gadelha, 1984; Monbeig, 1984; Petrone, 1968).

Na Pampa Úmida

Já no caso argentino, os governantes de modo geral não hesitaram em oferecer terras como meio de atração de imigrantes que quisessem se estabelecer no novo país. "As políticas públicas argentinas de terras [tenderam] a facilitar o processo de colonização" (Devoto, 2008, p. 79). Embora o oferecimento de terras tenha variado bastante segundo distintos agentes colonizadores (particulares ou públicos, federal ou provinciais) e, cronologicamente, segundo regiões, províncias e territórios, cada um deles palco de especificidades próprias a sua ação e seu desenvolvimento[18], o traço geral de uma política nacional de distribuição de terras se firmou como meio por excelência de povoar as vastas planícies argentinas, sobretudo à medida que reações indígenas (*malones*) foram se dissipando e conformando a progressiva "conquista do deserto" entre 1878 e 1885, com o consequente alargamento substantivo da fronteira agropecuária[19].

Cárcano (1972), ao analisar o regime de terras públicas argentino, não hesita em afirmar que, ainda no decorrer do século XIX, o ciclo fecundo de fomento para imigração, agricultura e trabalho da terra, iniciado em 1853[20], se renova em três novos períodos sucessivos que acusam as mesmas características. Em 1876, a lei nacional de imigração e terras públicas repercute e é o ponto de partida de uma ação de governo estimulante e de maior alcance no regime do solo fiscal. Desde 1884, as facilidades outorgadas pelo Estado Nacional para entregar terras públicas movem idênticos fatores nas províncias. A reforma de 1903 acusa outro período geral de melhoramento no critério de repartir a terra. Em Buenos Aires, as leis de 1872, 1876 e de centros agrícolas; em Santa Fé, os contratos de colonização e a distribuição liberal da terra em 1875 e 1876, a reforma de 1884 e os estímulos da lei de 1887; em Córdoba, as leis colonizadoras de 1872 e 1886 (Cárcano, 1972, p. 387-388)[21].

Na província de Buenos Aires, a distribuição de terras foi, entretanto, contida pela persistência e resistência da estrutura agrária, pela relevância das atividades pecuárias, pelo encarecimento do valor da terra a partir da última década do século XIX e pelo avanço do arrendamento[22].

Assim, embora sujeitos a contramarchas, avanços desiguais entre regiões e legislações às vezes conflitantes entre as esferas federal e provinciais, esse mesmo autor conclui que

> [...] dois grandes princípios sobrepujaram todos os equívocos e levantaram nossa orientação agrária a uma regra inflexível e fecunda: a entrega ao particular da terra pública e o fomento e estímulo ao esforço do estrangeiro, de quem se espera o trabalho proveitoso [...]. O conceito geral que presidiu as leis agrárias argentinas foi o de enraizar a população de estrangeiros no país (Cárcano, 1972, p. 382-392).

Dessa forma, por intermédio de uma série de leis que culminaram na reforma de 1903,

---

17 Consultar, a título de exemplo, Ellis, 1960.

18 Sujeitas a muitos revezes iniciais, as iniciativas de colonização foram se aprimorando até que se disseminaram com sucesso, primeiramente na província de Santa Fé, seguida por políticas semelhantes adotadas em Entre Rios, Córdoba, partes da província de Buenos Aires e, mais tarde, pelo território de La Pampa.

19 Criticamente, Bandieri (2000, p. 129) aponta que a palavra "deserto" foi associada à noção de "barbárie" ou "vazio de civilização". Consultar também Lenz (2004), Pompeu (2014) e Souza (2015).

20 Data da promulgação da primeira Constituição argentina.

21 Vide também Nugent (1996, p. 112).

22 Este logrou manter as propriedades nas mãos de uma elite latifundiária e o emprego de arrendatários imigrantes, combinando exploração pecuária e cultivos agrícolas. Com o tempo, tal fórmula acabou sendo adotada, tornando mais difícil o acesso à propriedade rural pelos imigrantes (Djenderedjian, 2008; Djenderedjian; Bearzotti; Martirén, 2010; Gori, 1988; Nugent, 1996, p. 117-119; Secreto, 2001).

parcelas ponderáveis de terras públicas foram vendidas, a preços fixos ou em leilão, ou, ainda, alugadas ou concedidas. Neste último caso, o agente (indivíduo ou empresa) recebia o título de propriedade sob algumas condições, entre elas a obrigação de assentar um determinado montante de indivíduos em certo prazo. Não raramente, grandes áreas foram alienadas, em muitos casos de forma imprudente e ilegal. Atuando sob a Lei de Terras, agências privadas estabeleceram muitas colônias, enquanto as províncias e o estado estabeleceram outras (Foerster, 1919, p. 226).

Por sua vez, os antigos proprietários, sobretudo das províncias de Santa Fé e Entre Rios, e mais tarde Córdoba, passaram a perceber que a implantação de colônias valorizava suas terras, antes ocupadas por pastos de baixa qualidade, não hesitando em vender com lucro substancial parte de suas propriedades. O resultado foi um acesso relativamente fácil a terras que passaram a ser exploradas pelos colonos, sobretudo plantando trigo.

Já em 1873 um decreto do governo argentino declarava que "a imigração italiana que chega à república não necessita mais ser induzida por agentes oficiais, já que cada um dos milhares de italianos aqui estabelecidos é o exemplo vivo e eloquente das vantagens incomparáveis que este país oferece" (Alsina, 1898, p. 69). O escritor Edmondo De Amicis, em visita a colônias de imigrantes em Santa Fé em 1884, deparou-se com milhares de piemonteses e lombardos satisfeitos por não terem "o patrão constantemente à vista, com o qual tinham que passar tanto tempo, roubá-lo, adulá-lo, fingir e se envilecer, pois que seus patrões são eles mesmos, livres naqueles vastos espaços" (De Amicis, 1893, p. 110)[23].

Os próprios colonos se interessavam em multiplicar suas propriedades, comprando novos lotes (muitos já reservados para este fim), fracionando-os e estabelecendo relações de parceria com novos colonos recém-chegados, que recebiam orientação adequada dos mais antigos. Estes igualmente adiantavam-lhes os recursos necessários e afiançavam a credibilidade dos novos colonos junto ao comércio local, de modo que ao cabo de poucos anos os novatos já conseguiam adquirir a terra trabalhada ou adquirir lotes suplementares em outro local. Com o tempo, o adensamento das colônias mudou a paisagem regional de Santa Fé, Entre Rios e Córdoba. Estas passaram a desenvolver atividades agrícolas significativas em um meio anteriormente pautado majoritariamente pelas explorações de gado extensivas.

A expansão da colonização sofreu ainda um enorme impulso com o advento da ferrovia, cuja malha se desenvolveu, pelo menos até o final do século XIX, de modo mais denso e precoce que no interior paulista[24]. Muitas companhias encarregadas de sua construção receberam em troca terrenos adjacentes às linhas como meio de pagamento, constituindo a base de novas colônias agrícolas. Tais lotes foram logo vendidos a novos imigrantes, que agora já custeavam suas próprias viagens, ávidos por tornarem-se proprietários.

Além disso, a ferrovia representava o barateamento brusco dos custos de transporte de volumosas colheitas, antes realizado por carretas nas províncias do interior desservidas por portos, e o fim da dependência das colônias dos mercados locais, ainda em fase de desenvolvimento. Criava-se, assim, um mercado nacional unificado, com ganhos de escala, possibilidades de mecanização e o surgimento de regiões especializadas na produção de determinados cultivos. Com a valorização das terras e a implementação de créditos via mecanismos hipotecários (que dispensavam a entrega de parte das colheitas), a agricultura passava então a se desenvolver por conta própria, sem a necessidade de se ver apoiada por atividades pecuárias. Ao mesmo tempo, o porto de Rosario se desenvolve no sentido de escoar a produção das colônias (Marco,

---

[23] Baseado nessa mesma viagem, o autor também publicou *Sull'Oceano*, livro no qual descreve em detalhe as condições da viagem transatlântica, traduzido para o português sob o título de *Em Alto-Mar.*

[24] De fato, enquanto São Paulo dispunha de 306 km de linhas ferroviárias em 1874, 1.852 em 1886 e 3.000 em 1897, a rede ferroviária da área pampiana somava 1.700 km em 1880, 3.500 em 1885 e 9.500 em 1895. A diferença é significativa, mesmo considerando a superfície maior do território pampiano (Barsky; Djenderedjian, 2003; Camargo, 1953; Gaignard, 1984; Luna; Klein, 2019; Zalduendo, 1975).

2016). Ao cabo de poucas décadas, as colônias agrícolas nessas regiões haviam se disseminado de modo impressionante, sobretudo às custas de empreendimentos privados[25].

QUADRO 1 – Fundação de colônias agrícolas nas províncias de Santa Fé, Buenos Aires e Córdoba, por período (1853-1895)

Período	Santa Fé	Buenos Aires	Córdoba	Total
1853-1859	4	-	0	6
1860-1869	22	-	0	22
1870-1879	58	-	4	86
1880-1889	180	-	60	397
1890-1895	143	205*	124	472
Total	**407**	**205**	**188**	**983**

Fonte: adaptado de Djenderedjian, Bearzotti e Martirén (2010, p. 1001-1100).
Legenda: - dados não disponíveis; * apenas computados os Centros Agrícolas em 1893, fundados a partir de 1887.

Para se ter uma base comparativa, basta lembrar que no meio século compreendido entre 1847 e 1897, as colônias, os núcleos coloniais e as colônias militares fundadas no estado de São Paulo não passavam de 44, em contraponto às quase mil fundadas nas três principais províncias da Pampa Úmida argentina. Se acrescidas as 44 às outras 17 fundadas no estado entre 1905 e 1933, a cifra mal ultrapassa seis dezenas[26].

Ademais, no cenário da Pampa Úmida argentina, é preciso ressaltar que as colônias não foram o único processo pelo qual os imigrantes se estabeleceram, talvez nem sequer constituindo o principal. Paralelamente ao sucesso das colônias agrícolas, desenvolveram-se todas as iniciativas espontâneas reguladas por contratos de meação ou arrendamento, nos quais uma família de imigrantes chegava, por meio de redes de parentesco ou de conterrâneos ou não, recebia um lote de terra de um proprietário e conseguia recursos para a compra de sementes, ferramentas e máquinas de um proprietário de armazém, em geral espanhol. Tratava-se, assim, de um processo plenamente capitalista, em parte inerente a uma economia de fronteira.

Santa Fé foi a província na qual as colônias mais frutificaram, corroborando a experiência colonizadora bem-sucedida, não apenas pela prosperidade dos colonos, mas também pelo sucesso da colonização como negócio em si mesmo. À medida que as terras se valorizavam, passaram a ser comercializadas em lotes alternados, novas áreas foram abertas, beneficiadas ainda pelo início da construção, em 1863, da Ferrovia Central Argentina, ligando Rosário a Córdoba. Grandes companhias de colonização passaram a operar. Além do surgimento de colônias adjacentes à ferrovia e do decorrente aumento populacional, toda a produção da província passou a atingir o porto de Rosario com muito maior eficiência, emprestando um dinamismo a essa cidade jamais conhecido em regiões fora da capital nacional. Ali surgiriam atacadistas de trigo e farinhas que iriam conquistar, já a partir de 1877, os mercados das bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e Prata e, a partir do final do século, também parcela relevante dos mercados externos. Tais processos acarretaram a progressiva diminuição de cultivos diversificados, orientados para a reprodução familiar e o atendimento de mercados

[25] Embora colônias "oficiais" também tenham sido fundadas, sobretudo em áreas de fronteira, como a de Resistencia, de italianos da região de Friuli, no Chaco, e as de Caroya e Sampacho, em Córdoba. Observem-se também as colônias adjacentes a municipalidades, implantadas em Entre Rios, obrigadas ao cultivo agrícola para o abastecimento urbano.
[26] Fonte: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd29/pctam.pdf.

locais, em prol de uma especialização cada vez mais perceptível em torno do trigo, voltada à exportação – diga-se de passagem, em agudo contraste com o desenvolvimento das colônias implantadas ao sul do Brasil.

Como colocou Foerster:

> Aquisição da terra – esta era a isca que atrairia. O governo sabia disso ao propagar folhetos aos colonizadores; os agentes no exterior também o sabiam ao oferecer lotes de terras ao colono. O agricultor europeu era autoconfiante o bastante para imaginar que trabalhar sua lavoura abriria as vias da afluência no Novo Mundo. Particularmente para os indivíduos cujo sonho sempre foi a posse de um lote de terras e que [na terra natal] haviam fracassado em transformar este sonho em realidade, qualquer oferta destas era irresistível (1919, p. 231).

Vale acrescentar: sobretudo se corroborada por informações transmitidas por gente de sua confiança, parentes ou conterrâneos que afiançavam o sucesso da empreitada migratória nos pampas argentinos.

3 Considerações finais

Em São Paulo, a carência de uma política fundiária atrativa para os imigrantes explica, pelo menos em parte, os saldos dos fluxos de imigrantes entre os portos de Santos e Buenos Aires, sempre favorecendo este último, até o início da Primeira Guerra Mundial. Lanza e Lamounier (2017, p. 51), ao analisarem detalhadamente tais fluxos, apuraram que em todos os anos (com exceção de 1902) do período 1899-1913 entraram mais imigrantes em Buenos Aires provenientes do porto de Santos do que vice-versa, acumulando-se assim um saldo de mais de 60 mil imigrantes a favor de Buenos Aires. O pico desse saldo negativo ocorreu em 1906 e mereceu a atenção de Carlos Botelho, então titular da Secretaria da Agricultura, que esclareceu ao Presidente do Estado: "o mal perdurará, portanto, enquanto o serviço de fixação do colono, pela facilidade que se lhe deve facultar de adquirir terras em situação e condições de serem diretamente cultivadas por ele economicamente, não tiver o desenvolvimento que se faz mister" (São Paulo, 1907, p. 167).

Trata-se, portanto, de políticas agrárias movidas por objetivos totalmente discrepantes: no Oeste Paulista, "colonos" com transporte subsidiado para a grande fazenda cafeicultora, com limitado acesso à propriedade da terra; na Pampa Úmida, pelo menos inicialmente, oferecimento de terras como atrativo para a vinda e fixação do imigrante, praticada por agentes colonizadores públicos e privados que buscavam assim equilibrar a farta disponibilidade de terras com a crônica escassez de mão de obra para nelas trabalhar. Ao final do período aqui enfocado, essas duas áreas passaram a fornecer o grosso das exportações do Brasil e da Argentina, relegando a outras áreas papel muito menos relevante nesta pauta. É notável ainda que, embora bastante divergentes, ambas as políticas desenvolvidas visavam ao fornecimento de mão de obra farta a economias exportadoras de produtos primários agropastoris em fase de estruturação (no caso paulista, uma pauta monopolizada pela produção cafeeira; no caso argentino, uma pauta mais diversificada, centrada na produção de trigo, mas também de outros cereais, além da pecuária ovina e bovina).

Entre os vários fatores que contribuíram para que fossem plasmadas políticas tão distintas, é oportuno ressaltar, do lado paulista, o protagonismo de suas elites cafeicultoras que, ao fundarem a Sociedade Promotora de Imigração, ao lograrem que a política do governo se orientasse pelas diretrizes dessa Sociedade, encampando-a, e ao se assenhorarem, no período republicano, do governo, concedendo autonomia para cada estado formular sua própria política migratória, conseguiram implantar em São Paulo uma política de recrutamento de "colonos" distinta da formulada por outros estados da Federação, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (Seyferth, 1990). Certamente influenciou tal modelo o tipo de estrutura agrária baseada no latifúndio escravista já presente em regiões mais antigas do estado, como o Vale do Paraíba (por onde o café penetrou) e o chamado Quadrilátero do Açúcar, já anteriormente mencionado, cujo núcleo mais importante era o município de Campinas. Por meio do subsídio ao transporte de

imigrantes, o estado logrou atrair contingentes expressivos da população do sul da Europa (inicialmente da Itália) em situação de penúria, ávidos e ludibriados pela propaganda que bradava as facilidades de se conquistar um pedaço de terra. Desse modo, a política de recrutamento de imigrantes em São Paulo promovida por suas elites oligárquicas desarticulou-se da formulação de uma política agrária que favorecesse a colonização propriamente dita, isto é, a efetiva distribuição de terras como chamariz para atrair imigrantes, preservando e favorecendo, pelo menos inicialmente, no período aqui tratado, o latifúndio, ou seja, a grande propriedade cafeicultora.

Já no caso argentino, a imensidão do território pampiano, conjugada à escassez muito mais aguda de mão de obra, fez prevalecer desde cedo um consenso acerca da necessidade de se equilibrar os dois fatores essenciais da produção – terra e mão de obra –, oferecendo-se o primeiro (farto) para atrair o segundo (raro). Não por acaso, o já citado Alberdi (2017) resumiu a carência crônica de trabalhadores na famosa fórmula *gobernar es poblar.* Assim, na Argentina, a adoção de uma política migratória articulada nacionalmente – ao contrário do caso paulista – inicialmente baseou-se no oferecimento de terras a baixo custo, sendo que o subsídio ao deslocamento de imigrantes não passou de algo efêmero e conjuntural, logo solapado pela crise dos anos 1890.

Por outro lado, as diferenças entre as políticas agrárias para o recrutamento de mão de obra europeia colocadas em prática no Oeste Paulista e na Pampa Úmida argentina produziram efeitos sociopolíticos duradouros nesses respectivos territórios. A título de conclusão, vale a pena mencionar ao menos dois deles: os volumes diferentes (maior no caso argentino) associados a origens regionais distintas e, consequentemente, perfis distintos de qualificação entre imigrantes recrutados pelas duas regiões; e os efeitos de concentração de poder político local, manifesto no fenômeno coronelista, pelo menos ao longo de toda a Primeira República, advindos da manutenção da concentração fundiária no caso paulista, em contraposição a uma participação política mais equilibrada nas localidades da Pampa Úmida argentina (Hourcade, 1999, p. 164). São temas, porém, a serem explorados oportunamente em outros artigos.

Referências

ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina.* Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Originalmente de 1852.

ALEGRE, Silvia Elena. *O tráfico de andaluzes para o café.* Cafeicultores paulistas no negócio de atração e transporte de imigrantes (1886-1918). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Blanca Sánchez. Algunas reflexiones sobre las políticas de inmigración en América Latina en la época de las migraciones de masas. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 18, n. 53, p. 155-175, 2004.

ALSINA, Juan. *La inmigración europea en la República Argentina*. Buenos Aires: Imprenta, 1898.

ALVIM, Zuleika. *Brava Gente!* Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANDREWS, George Reid. *Los Afroargentinos de Buenos Aires, 1800-1900.* Buenos Aires: Ediciones De La Flor, 1989.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998.

AVELLANEDA, Nicolás. *Estudio sobre las Leyes de Tierras Públicas (1865).* Whitefish: Kessinger Publishing, 2010.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites, século XIX. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004. Originalmente publicado em 1987.

BANDIERI, Susana Ofelia. Ampliando las fronteras: la ocupación de la Patagonia. *In*: LOBATO, Mirta Zaidá (org.). *Nueva Historia Argentina.* El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916). Buenos Aires: Sudamericana, 2000. p. 119-177.

BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio (org.). *La expansión ganadera hasta 1895.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. *Colonos do Café*. São Paulo: Contexto, 2019.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*: aspectos políticos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2005. Originalmente publicado em 1977.

BENDIX, Reinhard. *National Building and Citizenship*. California: University of California Press, 1977.

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895).* Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das sociedades europeias. *In*: BLOCH, Marc. *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

CAMARGO, José Francisco. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.* 3 v. São Paulo: FFLCH/USP, 1953.

CÁRCANO, Miguel Ángel. *Evolución histórica del régimen de la tierra pública, 1810-1916.* Buenos Aires: EUDEBA, 1972.

CARMAGNANI, Marcello. *Emigración mediterránea y América.* Formas y transformaciones, 1860-1930. Colombres: Archivo de Indianos, 1994.

COSTA, Emilia Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1989.

COUTY, Louis. *Le Brésil em 1884*. Rio de Janeiro: Faro & Lino Editores, 1884.

DE AMICIS, Edmondo. *Impresiones de America* – acuarelas y dibujos. Madrid: Sáenz de Jubera, 1893.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*: 1880-1945. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

DEVOTO, Fernando. *Historia de los Italianos en la Argentina*. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. Originalmente publicado em 2006.

DEVOTO, Fernando. Políticas migratorias argentinas y flujo de población europea (1876-1925). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 4, n. 11, p. 135-138, 1989.

DJENDEREDJIAN, Julio. *Gringos en las pampas.* Immigrantes y colonos en el campo argentino. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

DJENDEREDJIAN, Julio; BEARZOTTI, Sílcora; MARTIRÉN, Juan. Luís (org.). *Expansión agrícola y colonización en la segunda mitad del siglo XIX.* 2 v. Buenos Aires: Teseo y Universidad de Belgrano, 2010.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno*: pioneiro da cafeicultura no Oeste Paulista. São Paulo: Linográfica, 1960.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina.* Um ensaio de História Comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FERLINI, Vera Lucia Amaral; FILLIPINI, Elizabeth. Os núcleos coloniais em perspectiva demográfica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 121-132, 1992/1993.

FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. *Almanack*, Guarulhos, n. 17, p. 51-85, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/alm/a/HLLVVccBnkdwryWgPKVkcSj/?format=pdf&lang=es. Acesso em: 23 maio 2025.

FOERSTER, Robert. *The Italian Emigration of Our Times*. Cambridge: Harvard University Press, 1919.

GADELHA, Regina Maria. A Lei de Terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, v. 120, p. 153-162, 1989.

GADELHA, Regina Maria. *Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira (1850-1920)*: contribuições ao estudo da colonização de São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

GAIGNARD, Romain. *La Pampa Argentina*. Buenos Aires: Solar, 1984.

GEERTZ, Clifford. *Islam Observed*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

GONÇALVES, Paulo C. *Migração e mão de obra*: retirantes cearenses na economia cafeeira do Centro-Sul (1877-1901). São Paulo: Humanitas, 2006.

GONÇALVES, Paulo C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 283-308, 2014.

GORI, Gastón. *Inmigración y colonización en la Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1988.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, [*s. l.*], v. 27, p. 121-160, 2002.

HALL, Michael. *The Origins of Mass Migration in Brazil*. Tese (Doutorado em História) – Columbia University, New York, 1969.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café*: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOURCADE, Eduardo. La pampa gringa, invención de una sociabilidad europea en el desierto. *In*: DEVOTO, Fernando; MADERO, Marta (ed.). *Historia de la vida privada en Argentina.* Tomo II: La Argentina Plural: 1870-1930. Buenos Aires: Taurus, 1999. p. 159-183.

HUTTER, Lucy Maffei. *Imigração italiana em São Paulo de 1902 a 1914*: o processo imigratório. São Paulo: IEB: CESP, 1986.

KITTRELL, Edward. Wakefield's Scheme of Systematic Colonization and Classical Economic. *The American Journal of Economics and Sociology*, [*s. l.*], v. 32, n. 1, p. 87-111, 1973.

KLEIN, Herbert. The Internal Slave Trade in Nineteenth Century Brazil. *Hispanic American Historical Review*, [*s. l.*], v. 51, n. 4, p. 567-585, 1971.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. O fluxo migratório entre São Paulo e Buenos Aires: deslocamentos, nacionalidades e motivações (1890-1930). *Revista de História Iberoamericana*, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 34-58, 2017.

LENZ, Maria Heloísa. A incorporação de novos territórios na Argentina, no final do século XIX: a Campanha do Deserto e as estradas de ferro. *Ensaios FEE*, [*s. l.*], v. 25, n. 2, p. 561-588, 2004.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva.* São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert (org.). *História econômica e social do estado de São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2019.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014. Originalmente publicado em 1987.

MARCO, Miguel Ángel. 'La ciudad puerto' como fundamento identitario de los actores del desarrollo institucional y económico regional frente las grandes crisis internacionales. El caso de Rosario (Argentina), 1890-2001. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, [*s. l.*], 2016. Disponível em: https://doi.org/10.4000/nuevomundo.70000. Acesso em: 8 jan. 2024.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise no Brasil agrário.* São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: LECH, 1981.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios.* São Paulo: Coleção Departamento de Cultura, 1941.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra*: representações do brasileiro, 1870 / 1920. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1998.

NUGENT, Walter. *Crossings.* The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1996.

OLIVIERI, Mabel. Un siglo de legislación en materia de inmigración Italia-Argentina, 1860-1960. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, Buenos Aires, v. 2, n. 6-7, p. 225-248, 1987.

PETRONE, Maria Teresa Schorer. *Lavoura canavieira em São Paulo*: expansão e declínio, 1765-1851. São Paulo: Difel, 1968.

POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. A Campanha do Deserto de Julio A. Roca: entre a busca da civilização e a política eleitoral. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 11., Niterói, 2014. *Anais [...]*. Niterói: [*s. n.*], 2014.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim.* Inventário da saúde pública. São Paulo - 1880-1930. São Paulo: Unesp, 1993.

SANTOS, Ivison Poleto. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. *Histórica*, São Paulo, v. 25, p. 1-7, 2007.

SÃO PAULO (estado). Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas de São Paulo. *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura.* Anno de 1906. São Paulo: Typographia Rothschild & Co., 1907.

SARMIENTO, Domingos Faustino. *Facundo ou civilização e barbárie.* São Paulo: Cosac Naify, 2000. Originalmente publicado em 1845.

SCOBIE, James. *Revolución en las pampas.* Historia social del trigo argentino, 1860-1910. Buenos Aires: Solar: Hachette, 1968.

SECRETO, María Verónica. *Fronteiras em movimento*: o Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2001. Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/Banco%20de%20Teses/fronteiras-em-movimento-o-oeste-paulista-e-o-sudeste-bonaerense-na-segunda-metade-do-seculo-xix-historia-comparada.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil.* Brasília: UnB, 1990.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Preto no Branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SMITH JUNIOR, Francisco Pereira; GARVÃO, Rodrigo Fraga. A imigração subsidiada: os contratos para introdução de espanhóis no Pará. *Crítica Histórica*, [*s. l.*], v. 6, n. 11, p. 174-195, 2015.

SOUZA, Fábio Feltrin de. O pampa argentino e a conquista do deserto: uma relação discursiva. *Dimensões*, [*s. l.*], v. 35, p. 110-127, 2015.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura*: Homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRENTO, Angelo. Argentina e Brasile come paesi d'emigrazione nella pubblicistica italiana (1860-1920). *Novos Cadernos*, [*s. l.*], n. 1, p. 107-142, 1987.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura.* Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec, 1991.

ZALDUENDO, Eduardo. *Libras y Rieles.* Las inversiones británicas para el desarrollo de los ferrocarriles en Argentina, Brasil, Canadá y India durante el siglo XIX. Buenos Aires: El Coloquio, 1975.

Oswaldo Mario Serra Truzzi

Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993), Mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP (1985), Curso de especialização em Gestão Pública na HEC (École des Hautes Études Commerciales (1983) e Curso de Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (1979). Foi Visiting Scholar, como bolsista Fulbright, na Universidade de Chicago (1992), onde realizou estágios de pós-doutorado (1996, 2000 e 2006). Trabalhou como pesquisador do IDESP entre os anos de 1990 e 2002. Atua principalmente nos seguintes temas: Sociologia das Migrações, História Social da Imigração e Sociologia das Organizações. Foi palestrante convidado (Guest Speaker) na Columbia University (2018), na Brown University (2015), na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2014), na Universidad Nacional de Córdoba, Argentina (2013), na Tokyo University of Foreign Studies (2012), na Universidad de Salamanca (2010), na American University of Beirut (2006), na Université de Notre Dame, Líbano (2006) e na University of Chicago (1993). Coordenou, entre 1998 e 2000, e entre 2007 e 2009, o Grupo de Trabalho Migrações Internacionais da ANPOCS. É filiado à ANPUH e à SSHA (Social Science History Association). Integrou a Red de Estudios Migratorios Transatlánticos, com sede no CSIC, em Madri. Dirigiu de 2000 a 2016 a Editora da Universidade Federal de São Carlos e foi membro, entre 2019 e 2025, da Coordenação de Área de Ciências Humanas e Sociais (CHS I) da FAPESP. É pesquisador 1A do CNPq. Em 2019, o Arab-American National Museum outorgou-lhe o prêmio «Evelyn Shakir Non-Fiction Award Winner" pelo livro *Syrian and Lebanese Patricios in Sao Paulo* (University of Illinois Press).

Paulo Cesar Gonçalves

Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Câmpus de Assis. É pesquisador do CNPq (Nível C). Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Instituto de Biociências – USP (1990) e graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP (1997). É Mestre (2002) e Doutor (2008) em História Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP e Professor Livre-Docente em História Contemporânea pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Câmpus de Assis (2022). Realizou pesquisa de pós-doutorado junto à Cátedra Jaime Cortesão – USP (2009-2010) e ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) – Universidade do Porto (2023). É pesquisador do CITCEM/Universidade do Porto e da Cátedra Jaime Cortesão/USP. Foi editor-chefe (2018-2020) da *História* (São Paulo), periódico científico publicado pelo PPG/História/Unesp.

Endereço para correspondência

OSWALDO TRUZZI

Rua Joaquim da Cruz Penalva, 833. Jd. S. J. Batista.

CEP 13566-810

São Carlos, São Paulo, Brasil

PAULO CESAR GONÇALVES

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Faculdade de Ciências e Letras – Câmpus de Assis

Departamento de História

Av. Dom Antonio, 2100 – Parque Universitário

CEP 19806-900

Assis, São Paulo, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.